

Arquivo
-1875A

CEDI - P. I. B.
DATA _____/_____/_____
COD _____

O POVO NAMBIKWARA, AS AGROPECUÁRIAS E A ESTRADA

1. INTRODUÇÃO

O povo Nambikwara, habitando as matas do Vale do Guaporé e os campos da Serra do Norte, ocupavam originalmente uma área de 5.500 ha, com uma população aproximadamente de 20.000 índios (GRUBB, 1929), que ia do noroeste de Mato Grosso ao sul do atual Território de Rondonia. Atualmente apresenta uma população estimada em 570 índios, divididos em pequenos bandos por todo o Vale do Guaporé e Serra do Norte.

2. HISTÓRICO

A invasão do território Nambikwara não se fez de forma contínua. Iniciou com a implantação do quilombo Aldeia Carlota. Depois chegaram os poaieiros, posteriormente os seringueiros. No início do séc. XX estima-se a população Nambikwara em mais ou menos 20.000 habitantes. Neste período (1907) começa, pelo Gal. Rondon, a construção da linha telegráfica como forma de expansão nacional, o que vem acarretar na dizimação dos índios localizados perto da linha.

Entre 1943 e 1968 a população indígena foi empregada como mão de obra na extração da borracha. Primeiro isto se dá oficialmente, a partir de convênio estabelecido entre o S.P.I. e a empresa Rubber Development Corporation, depois por própria conta do encarregado do Posto Indígena Pirineus de Souza.

Na década de 60, com a abertura da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR-364), poderosos grupos econômicos começam a instalar suas fazendas no Vale do Guaporé, empregando milhares de peões, tratores e herbicidas (como o desfolhante Tordon), para a derrubada da mata e formação dos pastos (ver anexo 1). Em 1967 ocorre o trucidamento de 6 índios na área localizada entre o ribeiro do Atoleiro e o rio Sararé. Esta área constava como sendo propriedade da Colonizadora Sul do Brasil. Segundo depoimento do ex-funcionário da FUNAI, Ramis Bucair (J.B. 28/4/68), o extermínio dos índios Nambikwara vinha de longa data, quando eram dizimados às dezenas por rajadas de metralhadoras. Esse extermínio se dá em larga escala a partir da gestão do general Bandeira de Mello na presidência da FUNAI, mediante fornecimento de Certidões Negativas de presença indígena, autorizando a implantação de projetos agropecuários.

Essas Certidões Negativas tem sido o aval do órgão de proteção aos índios para que os incentivos fiscais sejam aplicados, oficializando assim o extermínio do povo Nambikwara.

3. ORGANIZAÇÃO FÍSICA E SOCIAL

O antropólogo David Price, tomando como critério os aspectos linguísticos e de meio ambiente, divide o povo Nambikwara em 3 grandes grupos: do norte, que se localiza junto do rio Piolho e rio Pardo; os da mata, localizados no Vale do Guaporé; e do campo, na Chapada dos Parecis- (ver anexo 2).

As aldeias mais próximas mantêm relações sociais, partilhando os produtos agrícolas com os demais. Portanto, a movimentação entre as aldeias é fundamental para que se mantenha esta dinâmica social e a coesão da comunidade Nambikwara. A instalação das fazendas no Vale do Guaporé vem interferir nesta organização social, na medida em que impede a circulação dos tandos. Procedendo ao desmatamento da área, afasta a caça-alimentação básica desses índios-, priva-os da coleta de mel e frutos silvestres, resultando assim na situação de subnutrição e miséria em que vivem.

Além deste padrão econômico no uso da terra, o fator religioso também influencia. O Nambikwara acredita que a alma é a imagem do outro no olho. Quando uma pessoa morre, morre esta imagem. Os restos mortais são enterrados no pátio da aldeia e a alma vai morar com os espíritos eternos nas cavernas. Estas estão localizadas entre o Vale do Guaporé e a Chapada, nas fraldas da serra.

4. A FUNAI E O TERRITÓRIO NAMBIKWARA

Em 8/10/68 foi assinado o decreto 63.368 que criou a Reserva Indígena Nambikwara. Esta, por estar planejada com base em informações inadequadas, chegando mesmo a mencionar acidentes geográficos inexistentes, continha as piores terras de toda a área tradicionalmente ocupada por esses índios. Não abrigava toda a família Nambikwara, apenas duas de suas aldeias, correspondendo a 15% de sua população. O restante dos Nambikwara, habitando o Vale do Guaporé, continuava sem terras garantidas.

Entretanto, estava já este Vale totalmente ocupado por a gropecuárias, para as quais a FUNAI fornecera Certidões Negativas. Em uma pseudo-tentativa de solucionar o problema, a FUNAI amplia a Reserva Indígena Nambikwara. (decreto 73.221, de 28 de novembro de 1973). Como parte desta tentativa, promove um trabalho junto a essas comunidades, afim de transferi-las para dentro da Reserva. A o peração fracassa após quase um ano, quando os índios das aldeias de Serra Azul e Camararé regressam aos seus locais de origem. As terras da Reserva eram inadequadas ao cultivo do milho.

Diante desta situação, a FUNAI decreta a interdição de u ma área no Vale do Guaporé, considerada em condições ecológicas pa ra abrigar os grupos indígenas. Para ela transferem os grupos Ha-haintesú e Waiksú que permanecem pouco tempo no local, por ser o mesmo muito pedregoso.

Estas transferências impostas aos grupos, além de provocarem conflitos entre os bandos, favorecem o contágio de doenças, tendo ocasionado várias mortes.

Dando maior amplitude à discussão do problema Nambikwara, reúne-se o Conselho Indigenista da FUNAI com a participação de antropólogos de renome internacional. Da reunião saem as seguintes proposições:

"Paralizar as expansões das fazendas, através de contestação jurídica de posse por parte dos fazendeiros da terra que, tradicionalmente, pertencem aos índios;

Lutar pela defesa da área interdita, afim de possibilitar a transferência dos índios, proporcionando-lhes viver num território contínuo."

Estes propósitos não são efetivados fundamentalmente pela pressão política e econômica dos fazendeiros que, valendo-se das Certidões Negativas anteriormente fornecidas pela FUNAI, colocam a área interdita "sub-judice".

Em 1976, continua precária a situação Nambikwara e ainda insolúvel a questão das terras, o que leva a FUNAI a novo estudo, visando detectar alternativas viáveis e enviáveis para solucionar o caso.

Deste estudo surgem seis alternativas, numeradas desde as consideradas melhores para os Nambikwara até as piores. A penúltima alternativa, ou seja, uma das piores, foi a escolhida. Ainda as sim, nada ficou solucionado, resultando inclusive na liberação (dec. 79.095, de 05/01/77) da maior parte da área interdita em 1974.

Ainda em 1977, novamente a FUNAI constitui um grupo de trabalho, que resulta em mais uma redução das terras do Sararé, no Vale do Guaporé.

Em 1978 mais um subgrupo de trabalho é formado, tendo em vista a expansão das agropecuárias e a indecisão da cúpula da FUNAI. É então proposta a demarcação de pequenas áreas no Vale do Guaporé, visando apenas garantir a sobrevivência dos grupos Nambikwara. A pressão exercida pelos grupos econômicos existentes na região dificulta a demarcação das pequenas reservas. Tem-se como exemplo, a área dos Hahaintesú, cujos limites foram modificados por imposição da Fazenda Conguape, do grupo Cofap. Isto porque o dito grupo perderia cerca de 5.000 ha dos aproximadamente 240.000 ha a eles pertencentes.

Estas pequenas reservas não atendem às peculiaridades da cultura Nambikwara, pois dificultam o contato entre os bandos, não permitem a preservação das áreas de coleta, caça e pesca, além do povo Nambikwara perder assim o domínio do território tribal de perambulação e das áreas de moradia dos espíritos (cavernas sagradas).

6. PROBLEMÁTICA ATUAL: A ESTRADA

A partir da decisão governamental de pavimentar a BR-364, que liga Cuiabá à Porto Velho, procurou-se definir um novo traçado para esta estrada. A obra será financiada pelo Banco Mundial, cujas comitivas de reconhecimento já fizeram 3 visitas ao Território de Rondonia e a Mato Grosso. Sua proposta situava a estrada entre a Serra Ricardo Franco e o rio Guaporé, passando por Vila Bela do Mato Grosso. Assim, quase não prejudicaria às comunidades Nambikwara e beneficiaria inúmeros pequenos lavradores localizados naquela região fronteiriça.

Porém, impõe-se agora um outro traçado baseado em projeto da companhia EULLER (empresa de planejamento e assessoria), que localiza a estrada entre a Chapada dos Parecis e a Serra de São Vicente, isto é, por dentro do Vale do Guaporé. O trajeto, que beneficia exclusivamente as grandes agropecuárias, passa a 150 metros da aldeia Sararé, a 500 metros do grupo Wasusú, a 200 metros dos Walantesú (ver anexo 3). Esta é a vontade dos grupos econômicos que se apossaram do Vale!

A construção desta estrada, através do Vale do Guaporé, representará a extinção física e cultural do povo Nambikwara, pois afetará todo o seu meio ambiente, espantando a caça, destruindo suas cavernas sagradas, além das doenças que certamente virão devido

ao contato forçado com a estrada.

A prova disto é que os Nambikwara já iniciaram uma reação à esta nova invasão do seu território. No dia 22 de abril deste ano o grupo do Sararé expulsou, a golpes de borduna, o pessoal da EULER (topógrafos e peões) e funcionários do Ministério do Interior que lá realizavam os estudos finais para a implantação nova BR-364.

Cuiabá, abril de 1980

++ Comissão Pró-Índio/MT

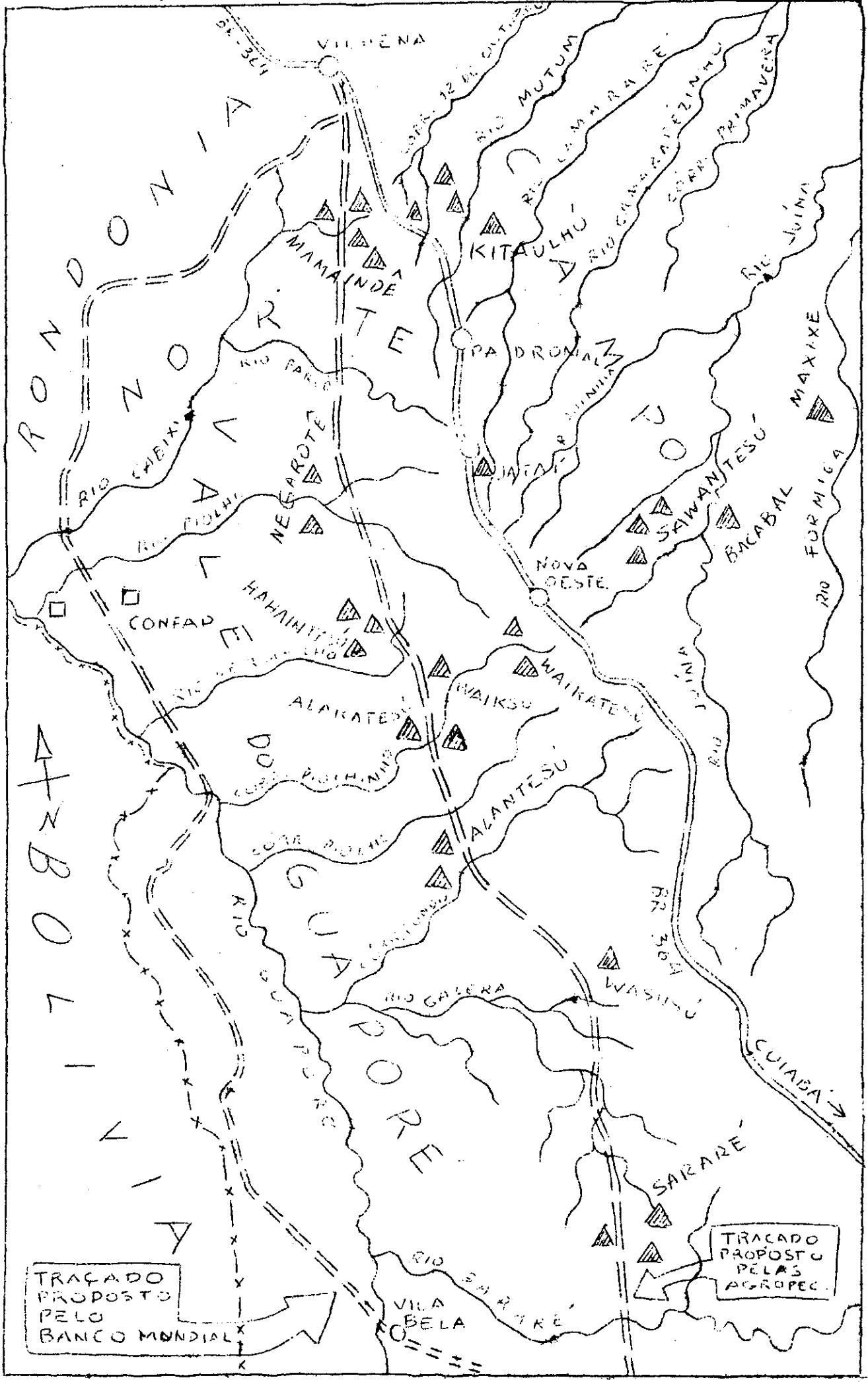
ANEXO 1: Agropecuárias no Vale do Guaporé

Fazenda MARINGÁ, de Antenor Duarte Nascente
 Fazenda FORMIGA, " " " "
 Fazenda MOSQUITO, " " " "
 Fazenda OURO VERDE, de Mario Nomura
 Colonizadora PADRONAL, de Deodoro de Luca
 Fazenda GIRO MARIMOTO
 Fazenda ARUANA, de Otávio Ferreira Pedroso
 Fazenda SÃO DOMINGOS, de Hélio Pereira de Moraes
 Fazenda BAGUÁ, de Torres Lincon Rodrigues da Cunha
 Fazenda RIO NOVO
 Fazenda SÃO MIGUEL
 Fazenda GUANABARA, do grupo TAMARATI
 Fazenda GUAPÉ, de Ovídio Miranda de Brito
 Agropecuária ESTRELA DO GUAPORÉ
 Fazenda G. ZAMBAN, do BANCO SAFRA e Rádio BANDEIRANTES
 Agropecuária VALE DO GUAPORÉ, de Zillo Lorenzetti
 Fazenda LANCIA, de Edmundo José Rodrigues
 Fazenda RIO VERMELHO, " " " "
 Fazenda PIOLHO, " " " "
 Fazenda CONGUAPE, do grupo COFAP
 Agropecuária SAPÉ S/A, de Oscar Martinez
 Fazenda FURNA DO SARARÉ, de Florêncio Bonito
 Fazenda ALBINO VILA.

ANEXO 2: Dados de população

* Grupos Nambikwara do CAMPO	167
* Grupos Nambikwara do NORTE	
- Latundê	22
- Mamaendê	60
- Negarotê	27
- Sabanê	83
* Grupos Nambikwara da MATA	
- Hahaintesú	47
- Alantesú	45
- Waiksú	11
- Alakatesú	7
- Wasusu	27
- Sararé	39
- Halotesú	35
TOTAL	570

ANEXO 3: Localização de algumas aldeias Nambikwara e dos traçados propostos para a estrada BR-364



TRAÇADO PROPOSTO PELO BANCO MUNDIAL

TRAÇADO PROPOSTO PELAS AGROPEC